

**TOMÁS DE AQUINO, Santo. Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino.** Tradução de Francisco Benjamin de Souza Netto e Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 172 p.

É oportuna a publicação dos escritos políticos de S. Tomás, recolhidos de sua vasta produção teológica e filosófica, onde Aristóteles sempre esteve presente, não obstante a evocação das “autoridades” e das Sagradas Escrituras como forma de ratificação de seus argumentos. Além disso, é o testemunho de que, embora não haja uma obra específica do autor sobre Política, seu pensamento sobre o assunto surgia como preocupação com a existência do homem radicado em seu contexto, dado que jamais S. Tomás desprezou. E, uma vez constatado isso, o importante é precisar *onde e sob que formas* deparamos com pensamento dessa natureza, para que frases ou argumentos não sejam pinçados, como galhos quebrados ou planta sem raiz: verdes por alguns momentos, secam-se com o passar do tempo.

Não se trata, diga-se de passagem, de iniciativa primeira, visto que, em 1936, a Livraria Editora Odeon lançava um extrato das questões XC a XCVII da Ia. Iae. da **Summa Theologiae** sob a epígrafe **Das Leis**, na conhecida tradução do prof. Alexandre Correia. Extratos sobre outros assuntos também foram lançados pela mesma editora, na mesma época. Além do mais, o prof. Arlindo Veiga dos Santos, em 1955, pela José Bushatski Editores, sob o título **Filosofia Política de Santo Tomás de Aquino** (p. 20-177), publicou extrato idêntico, incluindo o **De Regno**. Por sinal, o prof. Carlos Arthur, modestamente, denomina seu trabalho de “uma revisão da tradução” citada (p. 125), cotejando-a com o texto latino publicado por J. Perrier. Novamente, como não poderia deixar de ser, são publicadas as referidas questões da **Summa**, mais a questão CV. Portanto, para dar uma idéia de “completude” (se é que o termo pode ser aplicado), ao pensamento de S. Tomás sobre o assunto, ficou faltando a *expositio* sobre a **Política**, de Aristóteles, até porque a inclusão deste texto tornaria a obra muito volumosa, mesmo levando em consideração que ela se estende apenas ao início do Livro III (Ed. Bekker 1279a 22-1280a 6), sendo o restante obra de Pedro de Alvérnia.

A publicação é importante exatamente para reverter aquela posição antiacadêmica, mas que, infelizmente, viceja na própria Academia: a de que a contribuição do *Doctor Angelicus* é apenas teológica e, assim mesmo, totalmente defasada em relação aos tempos modernos. É evidente que, como adverte o prof. Benjamin, encarregado de elaborar oportuna e precisa introdução, não se deve dar ao pensamento do autor “imediate aplicação ao tempo presente” (p. 7). Isto é facilmente explicável. Além do ridículo anacronismo, em que as situações históricas concretas são totalmente abstraídas, gerando graves distorções, resta o amparo pouco recomendável da **latrêia** nunca deixada de se proclamar em relação a determinados pensadores medievais, especialmente os que trazem a marca da canonização.

No que se refere a questões da **Summa**, importantes temas são tratados, como podemos observar através de uma simples corrida de olhos no sumário. São assuntos de inquestionável atualidade. Para não cansar o eventual leitor destas notas, evitamos discorrer de forma mais detalhada sobre eles, recomendando enfaticamente a leitura. Não mera leitura cursiva. Mas, respeitando a origem do escrito, outras leituras que nos possibilitem captar o sentido e a forma através da qual os temas são brilhantemente expostos no nível da velha tradição escolástica.

O opúsculo **De Regno**, como se sabe, não foi concluído e o que aqui é publicado faz parte do texto genuinamente redigido por S. Tomás. Dirigido ao rei de Chipre, não considera todas as formas ou regimes de governo. Expõe as razões pelas quais julga o governo de um só (monarquia, reinado) melhor que os demais regimes e em que condições isso pode-se dar. Há um tom parenético no escrito, sendo, ao mesmo tempo, um tratado sobre a monarquia e uma refutação à tirania. Sendo esta o *governo de um só* degenerado, só deve ser tolerado *temporariamente* e, mesmo assim, se branda (I, VII, 18). Em relação a essa forma degenerada de governo, aborda a questão do uso da força e daquilo que, hoje, chamaríamos *tiranicídio* (I, VII). Embora não se proponha claramente isto, por outro lado, também não se exclui. Contudo, para não contentar gratuitamente guerrilheiros de plantão, é um limite extremo a ser praticado e não algo positivamente recomendado (I, VII, 19). Sobre a destituição do tirano deve-se proceder com a máxima cautela, tendo em vista as dissensões que têm sua origem na *multitudo*, assim como interesses de outros, notadamente aqueles que auxiliam na deposição do tirano. Deve-se, ainda, prevenir contra a deposição por iniciativa privada de alguns, porque, nesse caso, há o risco de prevalecerem os maus. Como teólogo, deixa os “casos omissos” para julgamento da infalível vontade divina. E, utilizando o melhor estilo escolástico, pontifica: “Não se

deve proceder contra a perversidade do tirano por iniciativa privada, mas sim pela autoridade pública” (I, VII, 20). Demais aspectos poderão ser conferidos pela leitura da obra, ação indispensável para apreciação da presente resenha.

Há algumas falhas lamentáveis de editoração. E, por ser a editora que é, reconhecidamente, uma das melhores do país no campo em que opera, especialmente no que diz respeito a obras universitárias, isso não deveria acontecer. Por exemplo, a ficha catalográfica credita a tradução da obra ao prof. Benjamin, quando, na verdade, deveria constar também o nome do prof. Carlos Arthur, uma vez que, sob a epígrafe **Escritos Políticos**, aparecem as questões da **Summa**, traduzidas pelo prof. Benjamin e o opúsculo **De Regno**, cuja tradução é, como já observamos, do prof. Carlos Arthur. Na mesma ficha, consta como data de publicação o ano de 1995, quando, na verdade, o texto só saiu à luz em 1997, como bem indica a capa interna. É provável que, por ser uma tradução que já estivesse pronta há algum tempo, no momento da edição, houve o lapso. Aliás, nessa mesma linha de observação, a introdução menciona o artigo do prof. Carlos Arthur sobre a prudência, com a seguinte nota de rodapé: “Consultamos este estudo em original datilográfico. Deverá ele ser publicado oportunamente na Revista **Síntese**, BH, Minas Gerais, Brasil”. Ora, esse artigo foi de fato publicado na edição de julho-setembro de 1993, (vol. 20, n. 62, pp. 365-386). Portanto, a nota de rodapé deveria ser atualizada. Há também uma contradição interna entre o encarregado da introdução e a observação que faz o tradutor do **De Regno**. O primeiro afirma que, para se traduzir as questões da **Summa**, bem como o opúsculo, serviu-se da *Editio Leonina*, sob a forma mais recente. Contudo, na observação que antecede o texto do **De Regno**, o prof. Carlos Arthur menciona o cotejo que fez da tradução já existente do prof. Arlindo com o texto latino publicado por J. Perrier (**S. Thommae Aquinatis Opuscula Omnia necnon Opera Minor**, Tomus Primus, Paris, Lethielleux, 1949, p. 220-267), adotando, inclusive, a divisão em capítulos e a numeração das seções dessa edição. E, sabe-se que a edição de Perrier, não obstante ser de boa qualidade, não é uma edição crítica no sentido rigoroso da expressão, apresentando algumas diferenças da edição crítica, como bem reconhece o prof. Carlos Arthur (p. 125).

Embora se mencione que a revisão final foi feita pelo prof. Benjamin, o que nos leva a crer num excelente trabalho, por sua competência, por sua formação beneditina, por seu vasto conhecimento do latim, do grego e do vernáculo, a segurança não é muito grande, pois, algumas falhas de revisão são observadas, como, por exemplo, na p. 23, encontramos *ocorer*, em vez de ocorrer. Também vale uma observação quanto ao estilo do prof. Benjamin, que insiste em repetir seu indefectível “no que concerne”. Na tradução dos artigos da **Summa**, a

---

expressão é usada e abusada nas respostas aos argumentos anteriormente colocados (Para compreensão da estruturação da **Summa**, recomendamos o livro do prof. Carlos Arthur, **Santo Tomás de Aquino, o boi mudo da Sicília**. São Paulo: EDUC, 1992, p. 62s.). Alexandre Correia é mais fiel ao original, não se servindo de artifício semelhante que, em vez de ajudar a compreensão, torna monótona a leitura. Lembramos, ainda, que a proposta de tradução foi a da “máxima literalidade”. A introdução é também premiada com o uso constante da expressão “no que concerne”, o que revela uma espécie de “tique vocabular”. Todos nós temos tiques idênticos, mas, podendo evitá-los, é bom. Resta ainda a forma incorreta com que foi grafado o último sobrenome do prof. Benjamin: Neto. Quando, na verdade, o correto é *Netto*.

Isso tudo pode parecer mais uma manifestação do temperamento ranzinza do resenhista. Talvez o seja. Mas, por se tratar de um texto escrito, tais vícios poderiam ser apontados por terceiros, visto que nem sempre o próprio autor se apercebe dos mesmos, e a publicação só tem a ganhar com isso. Claro que tais observações não desmerecem a obra que, em boa hora, chega às nossas mãos. Como tudo o que é feito é suscetível de erros, o que observamos é apenas com a intenção de colaborar e prestigiar publicação de tal nível.

*Paulo de Góes*